

A QUESTÃO FAVELA EM ANGRA DOS REIS: CONTRIBUIÇÕES PERIFÉRICAS DE UMA PESQUISA LONGITUDINAL EM ALFABETIZAÇÃO

Rodrigo Torquato da Silva⁵³
Danielle Tudes Pereira Silva⁵⁴

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar alguns resultados das pesquisas realizadas pelo Grupo **ALFAVELA** –UFF/IEAR, em Angra dos Reis. O foco são os tipos de violências cotidianas que ocorrem na cidade, divulgadas em um jornal local, e as repercussões dessas violências, tanto no cotidiano escolar quanto nos processos de alfabetização e a integração das classes populares às escolas públicas dessa região.

Palavras-chave: Violências cotidianas, favela, classes populares, alfabetização

RESUMEN

El propósito de este artículo es presentar algunos resultados de la investigación llevada a cabo por ALFAVELA Grupo -UFF / iEAR, en Angra dos Reis. La atención se centra en los tipos de violencia diaria que se producen en la ciudad, publicada en un periódico local, y las repercusiones de este tipo de violencia en la vida cotidiana la escuela como en los procesos de alfabetización y de integración de las clases populares en las escuelas públicas de esta región.

Palabras clave: Violencia diaria, favela, las clases populares, la alfabetización

⁵³ Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense. Líder do Grupo de Pesquisa ALFAVELA-UFF. Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense, Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tem experiência nas áreas de Educação Popular e favelas, com ênfase nas temáticas que envolvem justiça social, alfabetização das classes populares, violências cotidianas e a relação favela-escola. E-mail: torquatoprof@hotmail.com.

⁵⁴ Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Pedagoga da rede de ensino de Angra dos Reis – RJ; Pesquisadora do grupo ALFAVELA – UFF. Atua principalmente com as seguintes temáticas: Diáspora Africana, Classes Populares, Relações Raciais no Cotidiano Escolar e Gestão Pública. E-mail: danitudes@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Em dezembro deste ano, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 – LDB completa 20 anos de sua promulgação. Trazendo esse importante fato para discussão, a RevistAleph nos proporciona o desafio de problematizar aqui significativos elementos que se forjam nas periferias dos muros escolares, mas que impactam, de forma indelével, o cotidiano das escolas que atendem predominantemente as classes populares. A temática proposta provoca, inevitavelmente, em nós, educadores que atuam na escola pública, recorrentes reflexões. Serão 20 anos de LDB e um dos seus objetivos basilares, a justiça social através da educação pública, não foi alcançado a contento. Uma hipótese que não pode ser descartada é a histórica herança escravocrata que pesa, até hoje, sobre os ombros das classes populares, nesse país. É nesse sentido que vimos pesquisando a relação escola-favela e pretendemos colaborar para esse debate.

O presente artigo é resultado dos estudos realizados pelo Grupo de Pesquisa **ALFAVELA** – Alfabetização, Classes Populares e o Cotidiano Escolar, do Instituto de Educação de Angra dos Reis/UFRJ. Nele, pretendemos socializar os resultados de uma pesquisa de longo prazo na qual apresentamos tipos de violências cotidianas que ocorrem na cidade e são divulgadas em um jornal local. A partir daí, oferecemos subsídios que, a nosso ver, possibilitam uma reflexão mais qualificada acerca das repercussões dessas violências, tanto no cotidiano escolar quanto nos processos de alfabetização e integração das classes populares às escolas públicas dessa região.

Nossas pesquisas já demonstraram, em trabalho anterior, que há idiosincrasias na formação das classes populares de Angra dos Reis, visto que estas são oriundas de pelo menos quatro troncos de origens: i) cultural, ii) territorial, iii) social e iv) política, sendo: 1) os Quilombolas, do Quilombo Santa Rita do Bracuí, 2) os indígenas Guarani Mbya e Pataxó, das aldeias locais, 3) os Caiçaras, muitos resistindo nas ilhas e na orla, e 4) os trabalhadores voláteis dos estaleiros e das usinas instaladas no município. Isso nos leva à necessidade de pluralização do conceito de classes populares, pois existe uma enorme heterogeneidade, derivada também das constantes

interações, que historicamente se estabeleceram no território angrése e resistem aos processos de opressão (SILVA, 2015), e ao que hoje denomina-se de “gentrificação”.

Desde 2011, iniciamos a coleta e o mapeamento de dados publicados no jornal local: “A CIDADE”. A escolha desse veículo de informação/comunicação como fonte se deve ao seu forte apelo popular e à grande circulação pelos bairros da cidade, sendo inclusive apelidado de “Sangrento”, por conta da exposição de casos criminais. É considerado, assim, um tablóide policial.

Para melhor fluidez da leitura e organização didática, apresentamos, aqui, uma estrutura textual na qual temos: a) uma breve apresentação dos procedimentos metodológicos adotados; b) seguida da exposição de alguns dados coletados do jornal e c) a análise, a partir da qual levantaremos hipóteses acerca da repercussão das relações-impactos das violências cotidianas na escolarização das classes populares em Angra dos Reis. Ressaltamos que não temos a intenção de esgotar o assunto, tampouco oferecer uma “metarresposta” dos complexos problemas de violência urbana e o suposto fracasso escolar. No entanto, entendemos que o artigo em questão aponta caminhos e/ou possibilidades de respostas aos cidadãos angréses e à comunidade acadêmica, sendo esse enfoque um compromisso acadêmico e político do Grupo de Pesquisa ALFAVELA/UFF.

ACERCA DA METODOLOGIA

Como já foi sinalizado acima, o que este trabalho se propõe é a também consolidar práticas de pesquisas que se fundem em metodologias qualitativas, tendo, além do uso de documentos, o cotidiano e os espaços de conformação de sociabilidades diversas das classes populares como *locus* principal de investigação. Nossas fontes, bem como a metodologia, fundamentam-se, aqui, em dois vieses.

O primeiro se refere à aquisição, semanalmente, do periódico citado, diretamente nas bancas de jornais do município, o que permite vivenciar, alcançar o “clima” dos acontecimentos e, contagiados, elaborar a análise e o mapeamento das

notícias. No que tange ao que será abordado neste trabalho, optamos por um recorte que abrangerá os dados/discursos relativos aos anos de 2011 e 2014.

O segundo viés é o contato direto dos autores com a cotidianidade da cidade e com mais de cinquenta professoras (e/ou profissionais) que atuam na Região Costa Verde e participaram, como estudantes, do Curso de Especialização em Alfabetização das Classes Populares (2014/2015), em Angra dos Reis, oferecido pela Universidade Federal Fluminense e coordenado por um dos autores. Além disso, incluímos a observação e participação de um dos autores do presente artigo na dinâmica da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia e no cotidiano de algumas escolas, na atual gestão.

É de nossa pretensão expandir o trabalho com mais dados, oriundos de outras linhas de pesquisas que fazem interlocução com a temática e são desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa ALFAVELA. Não tratamos as narrativas e/ou fontes como qualificadas cientificamente por sua neutralidade, até porque nosso entendimento é de que toda narrativa tem como autor um sujeito dotado de intenções e de subjetividade construídas nas interações sociais e políticas. Ademais, os vínculos mantidos pelo jornal e suas fontes de recursos são relevantes, ao considerarmos suas opções.

Ainda em relação aos procedimentos metodológicos, bebemos em muitas fontes, entre as quais, nos estudos e pesquisas realizados pela professora Ana Clara Torres Ribeiro, do LASTRO-UFRJ, que nos oferece um debate metodológico sobre a teoria da ação a partir de uma metodologia denominada “cartografia da ação”, e a pesquisa do professor José de Souza Martins, da USP, pelas similaridades.

A QUESTÃO DAS FAVELAS E/EM ANGRA DOS REIS

A questão: “Favela” em Angra dos Reis vem se apresentando, há pelo menos cinco anos, como uma temática incógnita ou mesmo inconveniente para o debate que o Grupo de Pesquisa ALFAVELA/UFF-IEAR vem fazendo acerca da urbanidade angrense.

Tal questão tem nos afrontado desde o primeiro contato com a cidade. Para não ser repetitivo e também não deixar esvaír a força da narrativa do impacto desse encontro, optamos por replicar o que já foi exposto em trabalho já publicado:

Ao chegar em Angra dos Reis, em 2010, na condição de professor D. E., da Universidade Federal Fluminense (UFF), pude constatar o que poderíamos denominar de “choque” entre a construção do imaginário e a realidade. A imagem construída da referida cidade era a de uma espécie de “oásis” para os abastados do país. Esperava encontrar muitas mansões à vista, com iates multicores, ancorados em píeres particulares, consolidando o capitalismo como sinônimo de luxo e prazer. No entanto, deparei-me com um centro citadino que mais parecia com o Rio de Janeiro das minhas origens, onde riqueza e pobreza coexistiam em uma aparente harmonia. Intrigado com o que via, passei a perguntar a transeuntes, camelôs (os poucos que encontrei) e jornalheiros qual o nome daquelas favelas que situavam-se nos morros. Para minha surpresa, ouvi de todos a uníssona resposta: “em Angra não tem favela!” Ora, se o que via não eram favelas, como conceituaria tais construções “irregulares”, guiadas por becos e vielas, com escadarias longas e casas sem rebocos? Na verdade, o que estava diante de mim era o ápice do sucesso capitalista. Ao invés de uma “Meca dos Milionários”, isolados por redes de proteção “anti-pobres”, o que estava visível nada mais era do que o contraste da desigualdade social, fundado nas premissas que sustentam o sistema: lucro, mais-valia, miséria, ostentação, violência, exploração e, fundamentalmente, opressão (SILVA, 2015b, p. 72).

Para que se possa melhor situar a temática, justifica-se um brevíssimo inventário histórico sobre a questão. A descoberta do problema favela, pelo menos no que tange à intervenção do poder público no Rio de Janeiro, se dá entre a década de 1940 e 1950, tendo como marco o Código de Obras da cidade, de 1937. Até então, segundo Burgos (1988), a favela era um problema de saúde pública. É a partir desse código que surge a primeira alternativa a tal espaço, os parques proletários. Concomitantemente foi criada uma pedagogia/ideologia na qual os moradores das favelas eram considerados pré-cidadãos e, por isso, eram submetidos a sessões de lição de moral nos parques proletariados. Estes, tornaram-se palanque para o embrião do populismo que ainda é gestado, hoje, em muitas favelas e periferias Brasil afora.

A partir da década de 1950 e 1960, outro ator político entra em cena: a Igreja Católica. Foi consolidado na mais nobre e rica região da cidade carioca, a Zona Sul, o

projeto da Cruzada de São Sebastião, que se fortaleceu em 1955, como conjunto habitacional das classes populares (a diferença entre esse projeto da Igreja e os parques proletários foi o fato de serem erguidos no coração da nobreza, no bairro Leblon). Assim, “recriou-se” a imagem dos “selvagens” a serem civilizados, na qual a pedagogia cristã, católica, orientada pela criação da Fundação Leão XIII, deixa de encarar as favelas como um problema de saúde pública, ou de estética da cidade, e passa a vê-las como um problema moral. Nesse sentido, a igreja muda o eixo dos discursos predominantes da época e, em vez da remoção, prega a “melhoria humana.” Em função disso, há um estreitamento entre “lideranças comunitárias” e alguns políticos.

Entre as décadas de 1960 e 1970, as favelas se transformam em um problema político. O poder público resolve dar uma resposta a Igreja, que, desde o final dos anos 1950, passa a ser acusada por segmentos da burocracia pública de assistencialista e paternalista. Dessa forma, revitaliza o SERFHA (Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas), que a partir dos anos 1960, visa capacitar o morador da favela para que ele ganhe uma independência e não precise de favores políticos. Esse órgão cria uma espécie de contrato com as associações de moradores das favelas, que as submete ao Estado num processo de cooptação das “lideranças comunitárias”. Durante esse processo, os tensionamentos surgidos favoreceram um esvaziamento do SERFHA, que coincide com a criação da COHAB (Companhia de Habitação Popular), empresa que passa a realizar uma nova política habitacional, baseada na construção de casas para famílias de baixa renda. Em 1963 é fundada a Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG). Diante disso, o governo passa a trabalhar com duas perspectivas simultâneas: a da remoção e a da urbanização. Com o golpe de 1964, há um recrudescimento na política “remocionista” autoritária para a erradicação do problema favela.

A partir de 1979, como reflexo da abertura do regime político, as associações de moradores ganham um outro fôlego e adquirem uma relevância política especial. É importante ressaltar que a década de 1980 é considerada o período da grande efervescência dos Novos Movimentos Sociais, o que é bem diferente da década

posterior (1990), em que as ideologias e as políticas do neoliberalismo são implementadas e difundidas com muita força no Brasil.

A década de 1990, no Rio de Janeiro, foi marcada por três grandes chacinas. Em junho de 1990, ocorreu a primeira, com a morte de 11 jovens favelados moradores da favela de Acari. Em seguida, em 1993, aconteceram as outras duas. Em uma, sete menores que dormiam às portas da Igreja da Candelária foram assassinados (covardemente) enquanto dormiam. A outra ocorreu em agosto e ficou conhecida como “O massacre de Vigário Geral”, quando 21 pessoas residentes nessa favela, uma das mais pobres da cidade, foram retiradas das suas casas e executadas. Segundo testemunhas, o que esses crimes tiveram em comum foi a participação de policiais militares.

Esses fatos provocaram uma reação na sociedade carioca e geraram outras interpretações sociológicas para a questão favela. Entre as quais, destacam-se as concepções de “cidade partida” (VENTURA, 1994) e a “metáfora da guerra” (LEITE, 2001).

Segundo Leite (2001), a difusão da concepção de cidade partida gerou o que ela conceitua como metáfora da guerra, provocando um deslocamento na representação social da cidade.

A representação do Rio de Janeiro como uma cidade em guerra foi gestada a partir de uma série de episódios violentos que ali ocorreram no início dos anos 90. Formulada no interior de um discurso que chamava a população a escolher um dos lados de uma cidade pensada como irremediavelmente "partida", a metáfora da guerra foi reafirmada, ao longo da década, toda vez que se ampliou a percepção de agravamento da situação de violência no Rio de Janeiro, ou que o tema foi posto na agenda política pela disputa eleitoral para a prefeitura do município ou a governança do Estado (p.80).

Dentro desse contexto, algumas iniciativas foram tomadas por parte de vários segmentos da sociedade civil, no Rio de Janeiro, que promoveram a criação de ONG's e de projetos sociais, sempre com o objetivo de estabelecer um diálogo que pudesse “costurar” a cidade partida.

Desse brevíssimo inventário histórico sobre a questão favela, no Rio de

Janeiro, o que nos interessa para o presente estudo, acerca dessa temática em Angra dos Reis, é perceber como ocorreram às mudanças de sentidos (não somente político, mas, inclusive, semântico) nos discursos de representação dos espaços de habitação das classes trabalhadoras.

O casal Anthony Leeds e Elizabeth Leeds, numa pesquisa que originou o livro “A Sociologia do Brasil Urbano”, apontou, já na década de 1960, os equívocos de se trabalhar com algumas noções que perpassam o imaginário social sobre a questão da favela. Defenderam a tese de que se construiu, equivocadamente, um discurso sociológico de que a maioria dos moradores de favelas eram oriundos das regiões rurais do Brasil, à época. Com isso, originou-se uma ideia de que a integração das favelas às cidades deveria ter como pressuposto o fato de que se estaria lidando com a integração de pessoas não-urbanas às áreas urbanas.

Os estudos dos Leeds (1978, p.93) demonstram que a tentativa de enquadrar os moradores das favelas em determinadas identidades sociais rígidas não seria concebível no Brasil. Para se ter uma ideia da complexidade das favelas, já àquela época, década de 1960, havia pelo menos 15 tipos de migração do interior do Brasil rumo à cidade, onde era possível mapear pontos de partida ou de chegada com diversas origens. Para efeito de melhor explicitação do que estavam propondo, eles criaram a seguinte classificação: oriundos do interior rural (R); dos povoados (P), das cidades pequenas (CP), das cidades (C), da metrópole (M). Com isso chegaram a seguinte conclusão:

De fato, todos os 15 tipos, e, somados a esses, os tipos de migração inter e intrametropolitanas, mais a combinação das últimas com as 15 acima, são encontradas como modelos de migração dos moradores tanto das favelas como das barriadas. Assim, não é surpreendente que os migrantes verdadeiramente rurais nas favelas do Rio sejam poucos. O que é surpreendente é o seu número muito pequeno. Nosso palpite é de que eles constituem não mais do que 5% da população das favelas (LEEDS, 1978, p. 93).

Ou seja, o que esse casal de importantes pesquisadores concluiu foi que não era possível reduzir a complexidade do fluxo migratório que estava, à época, inchando a cidade do Rio de Janeiro, com uma categorização simplista fundada no mito da

dualidade Rural X Urbano.

Atentando para a premissa de fundo na tese apresentada pelos Leeds, já na década de 1960, pactuamos das mesmas preocupações no que tange à questão dos aglomerados de habitações em Angra dos Reis, onde residem predominantemente as classes populares da cidade. O interesse nessa temática não se dá simplesmente por uma questão propedêutica, visando à produção acadêmica, mas para poder entender melhor o que acontece nesta cidade que é visivelmente desigual na sua distribuição de riqueza e nos tipos de violências urbanas que atingem parte seleta da população. Por isso, há uma necessidade de estudos comparativos com aqueles que há mais tempo analisam o desenvolvimento das favelas do Rio de Janeiro, para que se possa melhor compreender e intervir nas questões que afligem a sociedade angrense hoje.

Nesse sentido, os jornais “populares” muitas vezes apresentam imagens de violências chocantes. Porém, a reboque, estão sugerindo uma naturalização dessas ocorrências para determinadas localidades, envolvendo determinados tipos de corpos e faixas etárias. Ou seja, há nessas narrativas imagéticas, jornalísticas, não somente o sensacionalismo perverso para vender exemplares, mas sobretudo fatos, e também poderes, que contribuem para o deslocamento das imagens do tipo representação social/identitária dos moradores da cidade que habitam essas localidades, que hoje não são denominadas favelas de/em Angra.

Consolidando a tese defendida neste artigo, embora reconheçamos a importância da preocupação do povo angrense e, até mesmo, a defesa dos seus interesses, com a não estigmatização do seu lugar de moradia, de investimento imobiliário de suas famílias, das suas memórias e territorialidades, é importante perceber que a mitigação dos impactos do uso pejorativo/estigmatizador da palavra ‘favela’. Ou seja, o abrandamento dos efeitos da construção (no cotidiano) dos estigmas sociais que esse conceito carrega, não está garantido com a negação da existência do *locus* favela, já que factualmente, enquanto tipos de organização espacial, as favelas estão expostas pra quem desembarcar no centro de Angra e olhar ao redor. Assim, como vimos no caso das favelas do Rio de Janeiro, embora historicamente esse *habitat* urbano tenha sofrido várias alterações na sua

representação social, geralmente, em nenhuma dessas mudanças (conceituais) os moradores foram ouvidos e/ou considerados como parte no processo de definição da representação deles mesmos na cidade. Com isso, os conceitos que enquadram os espaços e os seus habitantes (as classes populares), no jogo conceitual de definições daquilo que eles representam para a cidade, ficam à mercê de joguetes técnicos e/ou demagógicos de outrem.

Vejamos as imagens que seguem e façamos uma leitura comparativa do que nos apresenta os discursos imagéticos captados por nossas câmeras, em pesquisa de campo, em Angra dos Reis, com outras imagens dos aglomerados urbanos/favelas da cidade do Rio de Janeiro, comparando-os e problematizando.



Fig. 1 - Favela do Cantagalo – RJ
(www.fiapodejaca.com.br)

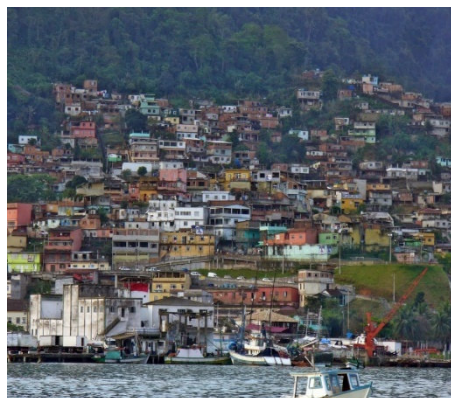


Fig. 2 – Angra dos Reis vista do mar
(www.panoramio.com/photo/42941892)



Fig. 3 – Morro dos Prazeres– RJ
(blog.estadao.com.br)



Fig. 4 – Morro da Carioca – Angra dos Reis
(riosvivos.org.br)



Fig. 5 - Favela do Jacarezinho – RJ
(www.diariodovale.com.br)



Fig. 6 - Morro da Glória – Angra dos Reis
(www.ultimosegundo.ig.com.br)

A partir dos indícios inverossímeis expostos nas imagens comparativas/provocativas acima, é possível constatar que há, em Angra dos Reis, no mínimo, o que poderíamos denominar, seguindo a classificação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de aglomerados habitacionais subnormais⁵⁵, idênticos aos denominados “favelas”, no Rio de Janeiro. Resta então problematizar, agora, acerca do porquê tal nomenclatura, favela, atinge frontalmente os “brios” de parte da população angrense consultada.

As nossas pesquisas indicam que podemos considerar duas hipóteses plausíveis. A primeira diz respeito ao que emana socialmente-culturalmente do conceito/discurso “favela”. Há muito tempo, como foi possível verificar no brevíssimo inventário histórico exposto acima, as pesquisas sociológicas e antropológicas vêm apontando para uma extensão do conceito “favela” para além do seu significado semântico, no que tange a espaços de aglomerados residenciais urbanos onde habitam

55 O que é um aglomerado subnormal? É o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: - irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública). Sua existência está relacionada à forte especulação imobiliária e fundiária e ao decorrente espraiamento territorial do tecido urbano, à carência de infraestruturas as mais diversas, incluindo de transporte e, por fim, à periferização da população. Surgem, nesse contexto, como uma resposta de uma parcela da população à necessidade de moradia, e que irá habitar espaços menos valorizados pelo setor imobiliário e fundiário dispersos pelo tecido urbano. (Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>)

as classes populares. Os estudos têm indicado que há uma extensão interpretativa do conceito “favela” para uma ideia de estigma que marca aqueles/as moradores dessas localidades. Por exemplo, para além de pessoas que apenas residem em áreas pobres, os moradores de favela estariam também vinculados a uma interpretação de que pertencem às classes perigosas, ou ao lado sujo da cidade (concepção higienista), ou à doença da cidade. Assim, é possível constatar que o conceito de “favela” extrapola a definição semântica apresentada nos dicionários escolares, por exemplo.

A segunda hipótese que poderíamos relacionar ao incômodo que a palavra/conceito “favela” gera no povo angrense estaria relacionada à especulação imobiliária. Nesse sentido, o problema não deixaria de estar relacionado com o que foi problematizado na hipótese primeira, já que no fundo a aceitação da palavra favela contribuiria para uma desvalorização imobiliária na Região Costa Verde e, mais que isso, colaboraria para desconstruir o “mito” de uma Angra “somente dos reis”, que vive de uma imagem construída e vendida de que há, no Rio de Janeiro, um paraíso natural preservado, uma Meca, à brasileira (ou à carioca), dos milionários. Isto posto, seriam derrubadas (ou pelo menos, confrontadas), duas ideologias perigosas e, porque não dizer, perversas: a ideologia do mito do paraíso natural e, conseqüentemente, o “orgulho de ser angrense”, no qual se escamoteiam as desigualdades sociais e raciais, matrizes históricas das nossas mazelas e a ideologia (oposta) de que para Angra está migrando a lógica das favelas do Rio de Janeiro e, em função disso, deveria ser aplicado o mesmo remédio que lá se aplica, a UPP (Unidade de Polícia Pacificadora).

Sobre a primeira ideologia, podemos constatar a persistência de um *ethos* colonial que mantém a representação do município como um paraíso natural, remontando às “origens da humanidade”, e estando seus habitantes em um estágio inicial, sendo primitivos no sentido de atrasados e desprovidos de racionalidade. Embora o colonialismo enquanto dominação territorial tenha findado, autores como Quijano (2010) afirmam uma persistência mais duradoura dessa dominação nos âmbitos do ser, do saber e do poder. Nessa perspectiva, as classes populares são consideradas indolentes e o senso comum afirma que os angrenses nativos são preguiçosos e incapazes de empreender, especialmente os coletivos indígenas e

quilombolas a quem se adiciona a qualificação de “porcos e atrasados”. Ou seja, Angra dos Reis é um paraíso natural que precisa ser mantido, mas somente os ricos e milionários são capazes desse reconhecimento e isso naturaliza um padrão de poder onde a remoção da população, e mesmo sua eliminação física, é justificável frente aos grandes e rentáveis empreendimentos.

Acerca da segunda ideologia, o professor Luís Antônio Machado nos ajuda a pensar o que significa a implantação de políticas de intervenção na cidade nos moldes das UPPs, que sugere estarmos diante de uma nova possibilidade fenomenológica de mudança nos padrões de sociabilidades e de violências nas classes populares, principalmente as situadas em territórios de favelas. Tal mudança está diretamente ligada ao tipo de intervenção estatal que vem sendo adotada no Rio de Janeiro com a política das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) e que pode ser aludida como modelo de intervenção para outras cidades do Estado, tal como Angra dos Reis. Em artigo recente, o autor chama a atenção para esse fato com a seguinte indagação: Qual é a das UPPs? Segue a resposta:

Fala-se muito nas UPPs, as Unidades de Polícia Pacificadora. Os meios de comunicação estão cheios de referências às melhorias no controle do crime, especialmente do crime violento ligado ao tráfico de drogas ilícitas, e ao que seria uma aprovação maciça da população, moradora ou não das localidades onde as UPPs estão instaladas. De fato, não se trata de uma euforia inteiramente infundada, pois há evidência consistente de que: a) as UPPs constituem, de fato, uma forma inovadora de repressão ao crime; b) onde estão atuando, de um modo geral elas têm apresentado bons resultados, medidos por indicadores locais razoavelmente confiáveis; c) ainda que longe de ser eliminadas, a arbitrariedade e a violência policial são menores onde as UPPs estão operando; d) a presença delas tem melhorado muito significativamente o sentimento de segurança entre os moradores diretamente afetados; e) a insistente divulgação pela mídia da atuação das UPPs tem ampliado as expectativas positivas quanto à segurança a toda a população da cidade, incluindo boa parte dos moradores nas localidades alvo de sua implantação no futuro e até mesmo os segmentos mais abastados, que não precisam (nem querem) UPPs onde vivem (...) Tudo isso é positivo e faz das UPPs uma aposta que pode vir a se consolidar e continuar rendendo bons frutos, que a mídia tem se encarregado de propalar aos quatro ventos. No entanto, não é prudente avaliar políticas públicas por meio de uma síntese binária, do tipo “bom” x “ruim” – e esta afirmação é verdadeira em particular para as mais inovadoras. **O que**

sustenta o entusiasmo acrítico com as UPPs é a esperança de uma cidade calma e serena, que é o outro lado do medo do vizinho que há décadas nos assola a todos. Infelizmente, esta expectativa é um mito inatingível que pode pôr a perder a própria experiência das UPPs. Estas, na vida real, constituem a expressão de uma política pública muito recente que ainda carrega o peso de sua própria origem e, como qualquer nova iniciativa, precisa ser acompanhada, criticada e orientada para se estabilizar como uma forma de intervenção pública democrática, eficiente e eficaz (MACHADO, 2010, p 01).

Ou seja, mais preocupante do que uma possível desvalorização da terra urbana angrése no mercado de especulação imobiliária, está a questão da possibilidade de determinadas áreas da cidade classificadas como espaços das classes perigosas, áreas em que habitam as classes populares/trabalhadoras serem tal como ocorreu com a ideologia da cidade partida que gerou a metáfora da guerra (LEITE, 2001).

De forma visceral, uma das autoras deste texto atesta a hipótese por ser moradora da cidade desde a infância, tendo sempre residido no bairro Campo Belo, onde, a partir do loteamento popular chamado Promorar, teve início a desvalorização imobiliária e o aumento da criminalidade com a inserção do tráfico de drogas. Em decorrência, todos os moradores do Promorar e, de forma geral, do bairro, são estigmatizados como criminosos. Ademais, os moradores consideram o loteamento como o “grande mal” apoiando as intervenções policiais e justificando a adoção de um *modus operandi* semelhante ao empregado para a repressão nas favelas da capital, uma vez que esse outro já foi eleito como inimigo. Mais grave do que o estigma de classe perigosa e a desvalorização imobiliária é a aceitação desse *modus operandi* que institucionaliza e justifica o extermínio de determinados grupos.

Poderíamos, inclusive, indagar se a violência urbana dos últimos cinco anos (de 2011 a 2015), em Angra dos Reis, não seria já os sintomas ou sinais desse processo. Vejamos, como mapeamento da violência urbana desse período, os gráficos abaixo, oriundos das matérias e fotografias do jornal “A Cidade”, e passemos, adiante, à análise dos dados e das questões que demonstram o que estamos considerando como os padrões de violência e o *modus operandi* manifestados no cotidiano noticiado.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS E GRÁFICOS DA PESQUISA⁵⁶

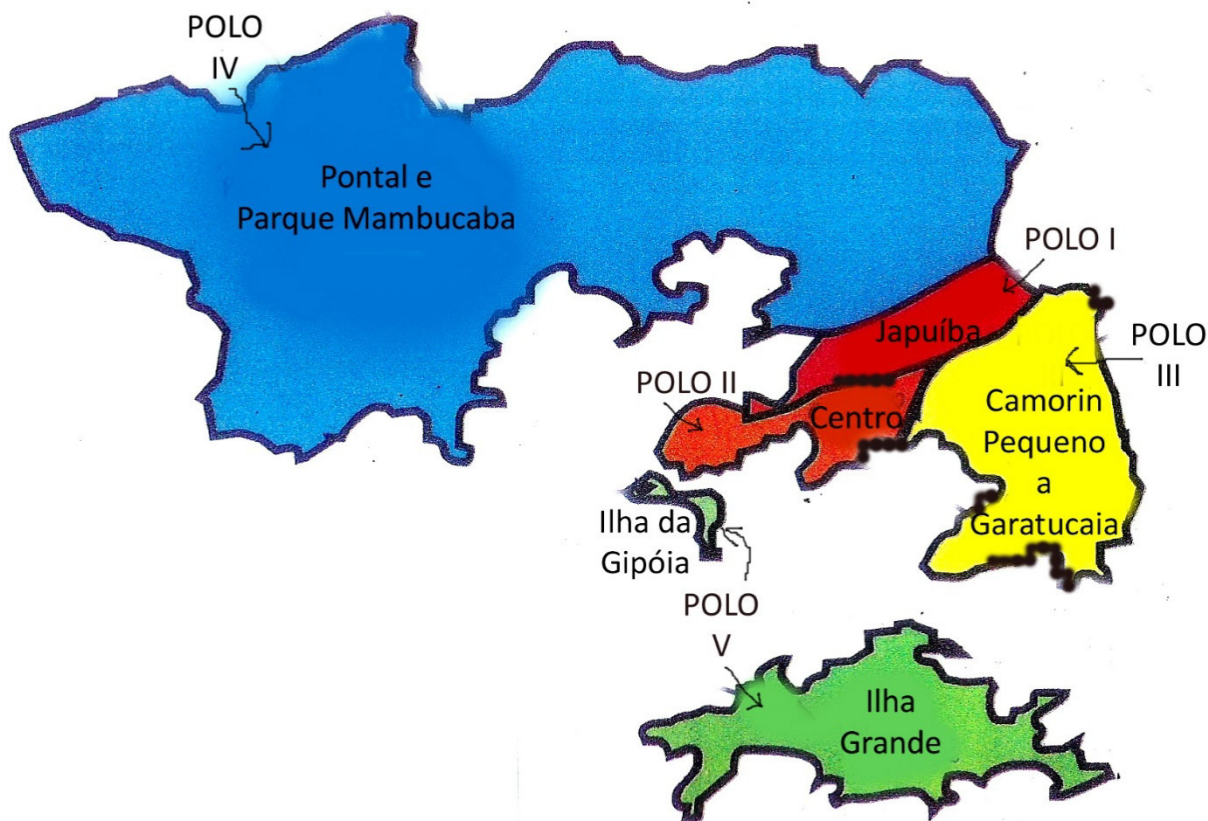
Os dados apresentados foram coletados do periódico A Cidade, no decorrer dos anos de 2011 e 2014. Optamos, neste texto, por dois recortes temporais relativamente distantes, a fim de percebermos as possíveis mudanças nos territórios, considerando que em 2011 as UPPs estavam em processo de implantação - tendo iniciado em 2008 – e que em 2014 já eram 38, de acordo com a página do Governo do Rio de Janeiro.⁵⁷

Para o mapeamento dos jornais, trabalhamos com as seguintes categorias: período, nome, bairro (localidade do ocorrido e moradia dos envolvidos), idade, cor/raça, delito, escolas adjacentes, representações e contextos. Para efeito desta análise, nos detivemos na idade e cor/raça dos sujeitos. Além disso, analisamos também o quantitativo de delitos⁵⁸ ocorridos no município, bem como os territórios e suas relações com as escolas no recorte que denominamos Polo, aqui compreendidos como um conjunto de bairros, próximos geograficamente. A Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia também utiliza essa denominação, tendo dividido o município em cinco Polos, de acordo com a localização das escolas, como se pode observar no mapa de Angra dos Reis abaixo:

56 O mapeamento dos dados contou com a colaboração da estudante do Curso de Pedagogia IEAR/UFF e integrante do ALFAVELA, Paula Leandro de Freitas.

57 Disponível em <http://www.upprj.com/index.php>

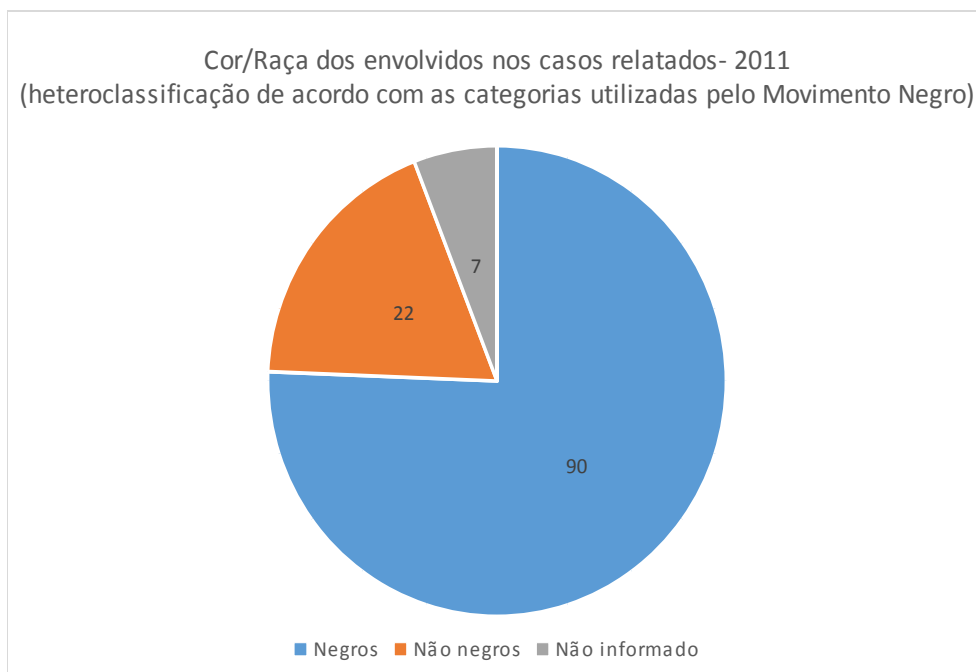
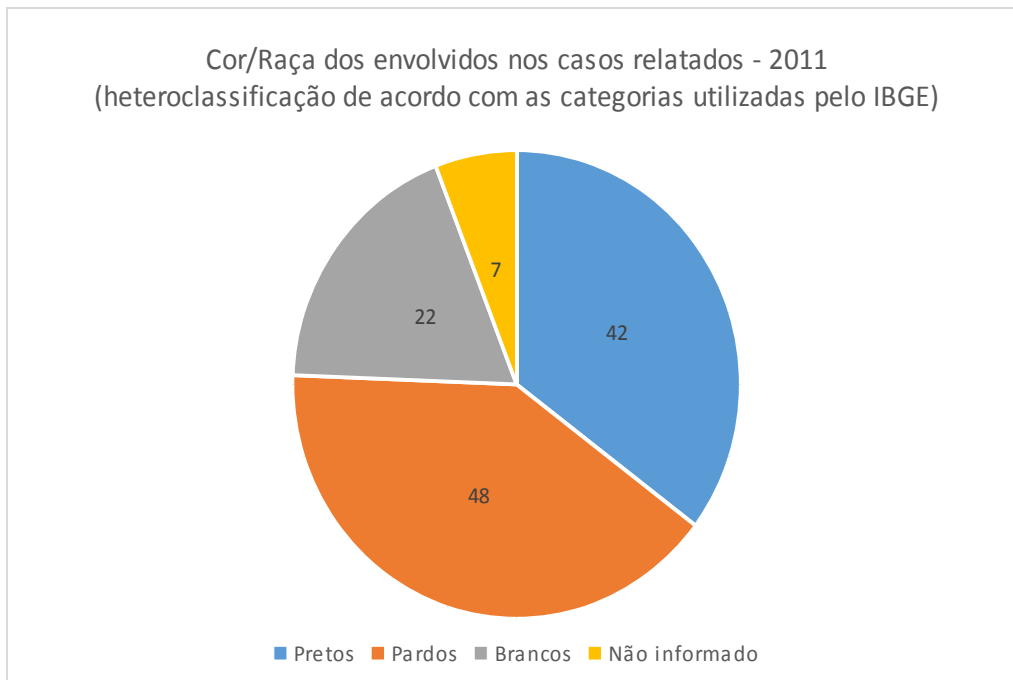
58 Os principais delitos mapeados são tráfico de drogas e homicídio.



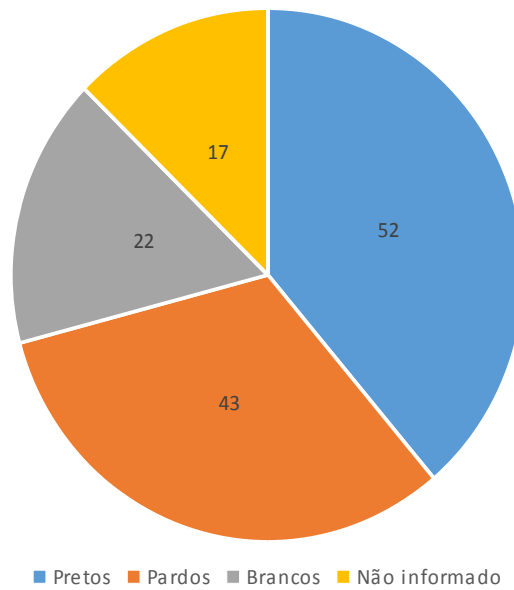
A seguir, apresentamos os dados, em gráficos, precedidos de algumas informações relevantes para a sua compreensão.

A primeira sequência de tabelas expõe a cor/raça dos sujeitos. Utilizamos as opções de classificação do IBGE: branca, preta, amarela, parda ou indígena. Entretanto, operamos com a heteroclassificação, ou seja, os sujeitos foram classificados de acordo com as fotografias que constavam nos jornais. Em seguida, adicionamos o quantitativo de pardos e pretos na categoria negros e incluímos os brancos como não negros com o objetivo de visualizar os dados também de acordo com os agrupamentos realizados pelo Movimento Negro. Portanto, na sequência, os gráficos apresentam os mesmos dados, mas utilizando critérios distintos de agrupamentos dos sujeitos, em um universo de 119 casos em 2011 e 134 casos em 2014.

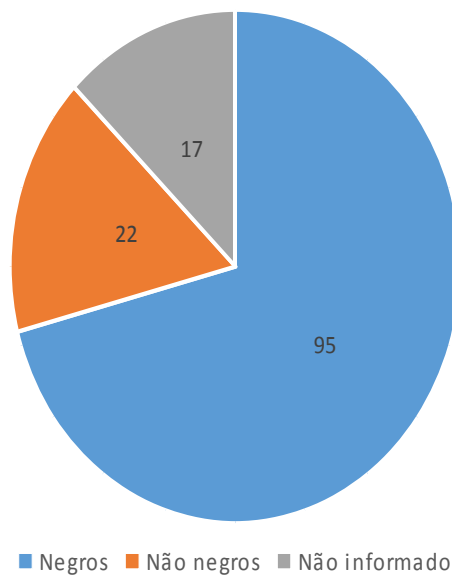
Após a sequência, consta um gráfico demonstrativo das faixas etárias dos envolvidos nos delitos, tanto como causadores quanto como vítimas.

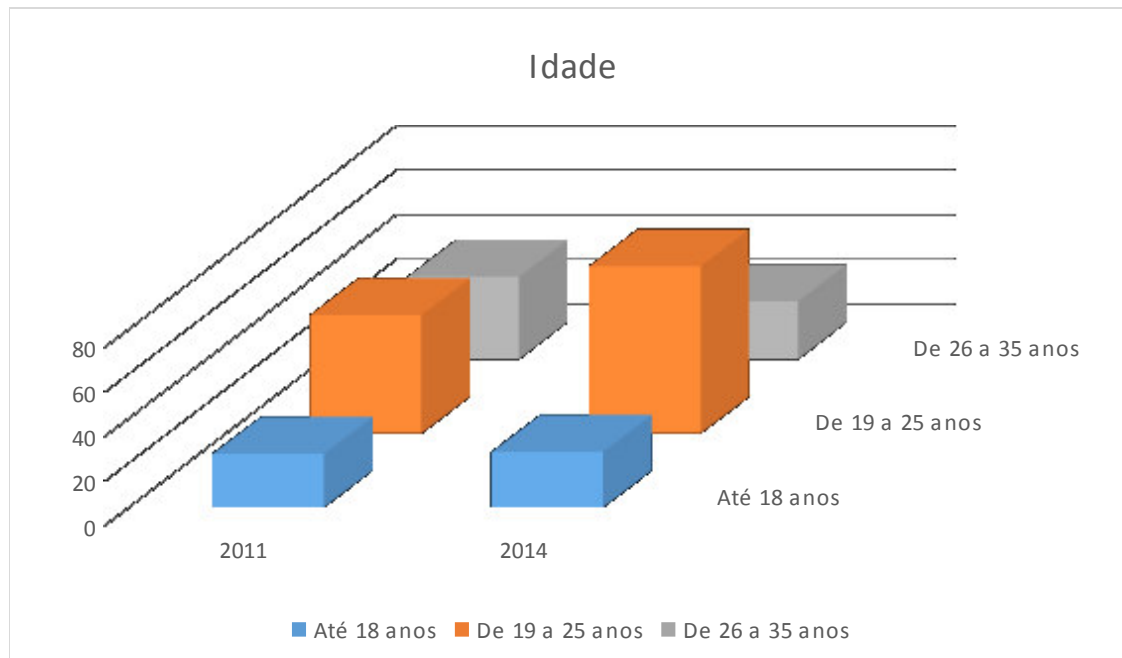


Cor/Raça dos envolvidos nos casos relatados - 2014
(heteroclassificação de acordo com as categorias utilizadas pelo IBGE)

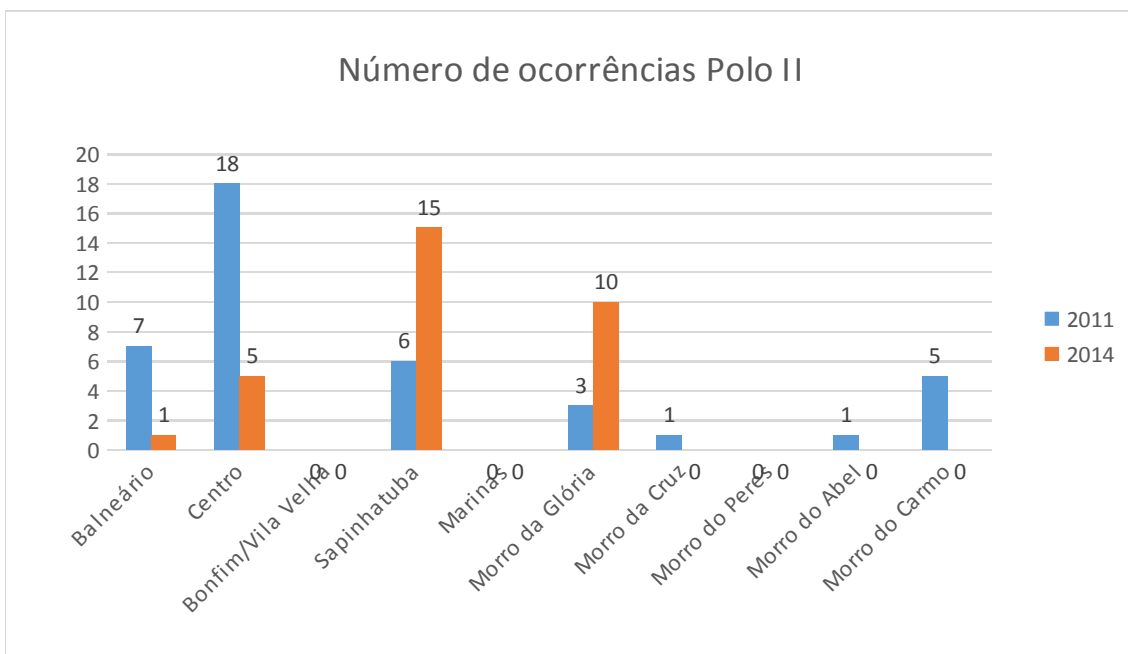
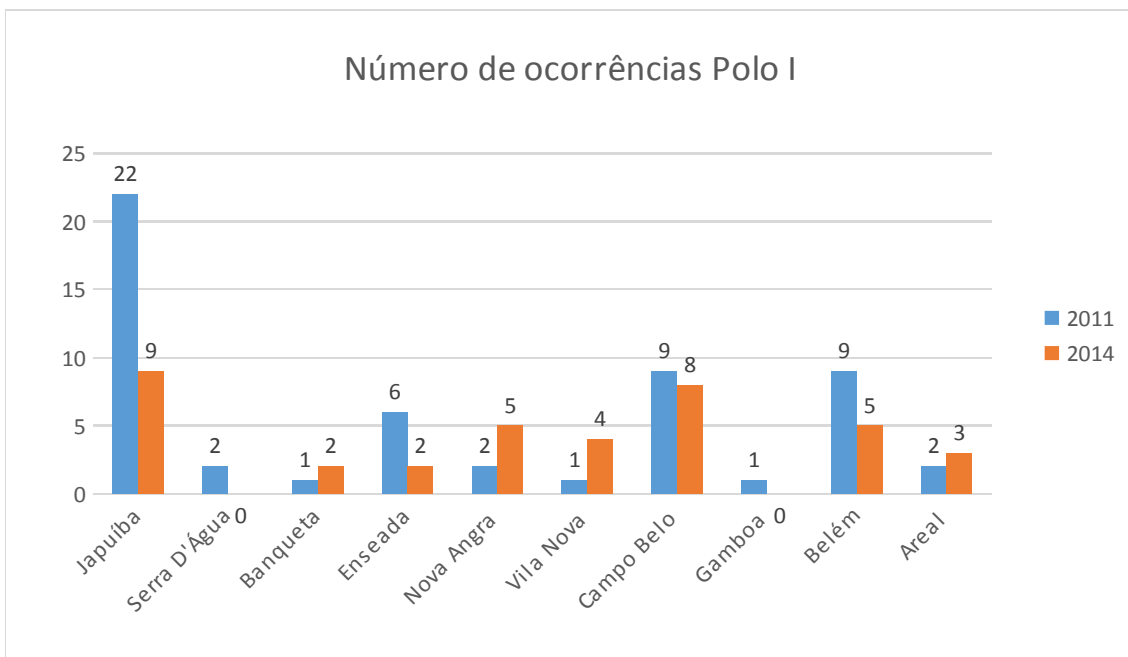


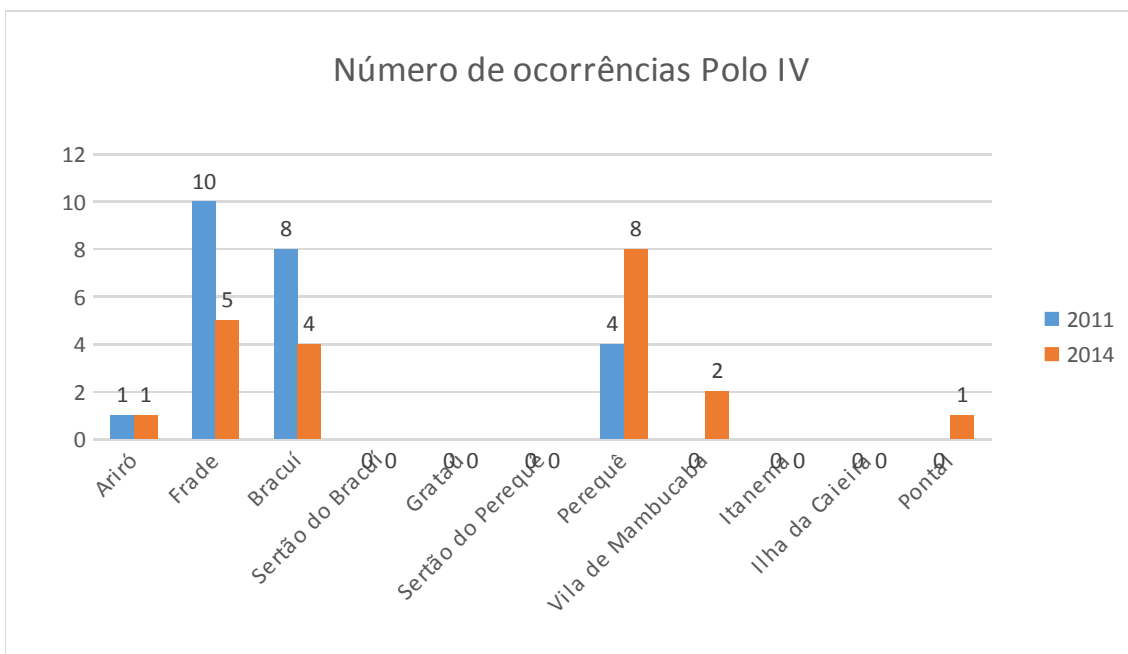
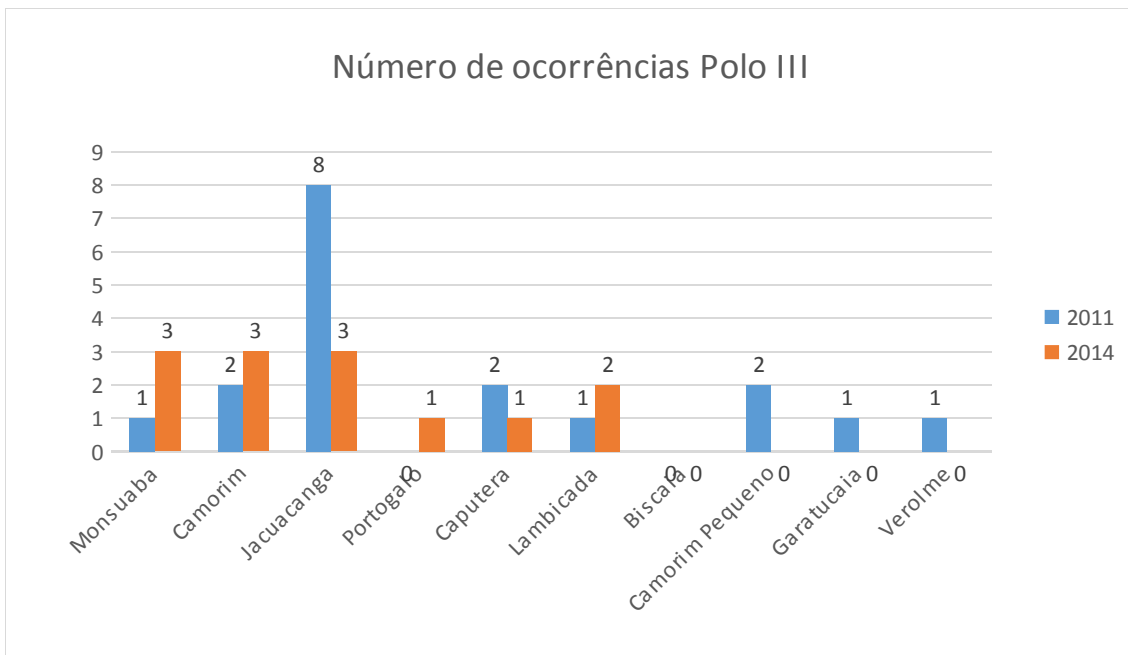
Cor/Raça dos envolvidos nos casos relatados- 2014
(heteroclassificação de acordo com as categorias utilizadas pelo Movimento Negro)



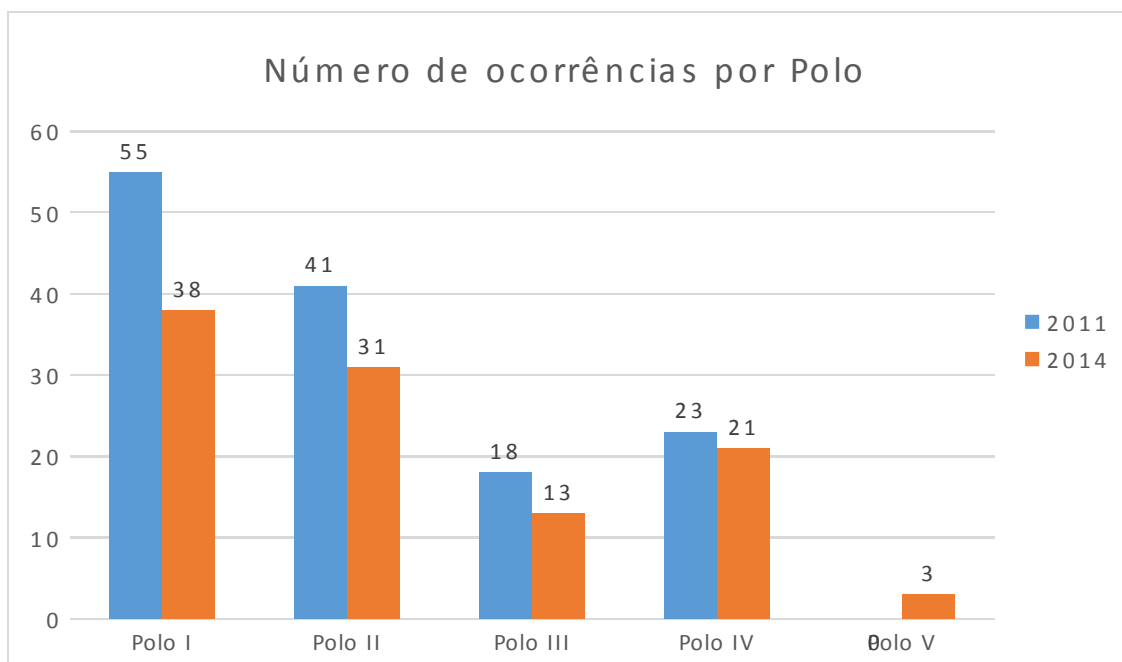


A seguir, os gráficos mostram o quantitativo de ocorrências e os respectivos bairros. Optamos, aqui, por trabalhar com a denominação: polos visto que tal nomenclatura, como explicado anteriormente, demarca a classificação utilizada pela Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia/ SECT - Angra, no mapeamento que a mesma faz das escolas públicas da Região. Com isso, deixaremos, desde já, um fio solto para uma posterior continuidade num enredamento que faremos, com estes dados, no desdobramento desta pesquisa. A ideia é mergulhar nas trajetórias escolares, e na relação escola-favela daqueles que, aqui, são as vítimas e/ou algozes nas ocorrências em análise.





O último gráfico apresenta o quantitativo total de ocorrências em cada Polo nos anos de 2011 e 2014. O Pólo V agrega as escolas localizadas nas ilhas, os três casos registrados no ano de 2014 ocorreram no Abraão, praia da Ilha Grande.



BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS “INCONCLUSAS”

Como já citado anteriormente, este artigo não pretende esgotar a pesquisa ainda em curso, mas levantar algumas hipóteses que serão posteriormente aprofundadas acerca da repercussão das relações-impactos das violências cotidianas na escolarização das classes populares em Angra dos Reis.

No entanto, é evidente a persistência histórica do racismo ao constatarmos que os sujeitos ativos, aqueles que cometem os delitos, bem como os passivos, aqueles que os sofrem, são majoritariamente negros. Os números locais confirmam a vulnerabilidade dos coletivos negros, que vem sendo constantemente denunciada nacionalmente. Daí precisamos interrogar se as políticas públicas priorizam essa questão como referência a fim de reparar essa disparidade e, dentre elas, as voltadas para a Educação, especialmente considerando que, há mais de dez anos, foi promulgada a Lei 10.639/03 que instituiu a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino públicos e particulares.

Se o racismo opera uma hierarquização com base na falsa crença de que existem raças geneticamente diferenciadas e que, nesse caso, negros e negras seriam inferiores intelectual e psicologicamente, é possível que a vulnerabilidade dos coletivos negros seja reproduzida também nas trajetórias escolares.

A partir da experiência empírico-pedagógica (de um/a dos autores/as que assinam este trabalho), com as escolas da rede pública em Angra dos Reis, é possível afirmar que, assim como nos jornais analisados, pulula nas escolas a linguagem/jargão policialesca que, desde cedo, que rotula muitos dos estudantes, corroborando, de certa forma, a criminalização das classes populares e, obviamente, repercutindo nas suas trajetórias. Ou seja:

Assim, fica claro que o que se tem é uma injustiça tanto social quanto cognitiva, na medida em que se quer atribuir ao estudante o seu fracasso escolar, sem levar em conta que a capacidade de aprender conteúdos, conceitos, etc, está diretamente ligada à oportunidade de estar inserido num meio que seja farto daquilo que é exigido pela escola. Exige-se que os estudantes pensem, compreendam a partir de um tipo de racionalidade imposta pela escola, sem considerar as ferramentas ou os instrumentos conceituais que eles trazem, que são frutos das suas interações e experiências no meio onde habitam, e que envolvem discursos de classes, ideologias, conceitos, conteúdos, formalidades e informalidades para a execução de tarefas, além de violências cotidianas de policiais/milícias/traficantes. Pior que isso, encontra-se uma clara transferência de discursos criminalizadores bastante comuns no universo do Direito Penal que surgem nos discursos pedagógicos usados como justificativas do fracasso escolar (SILVA, 2015^a, p.12).

Se está clara a predominância de homens negros nas ocorrências, também podemos afirmar que os mesmos são adolescentes, em sua maioria jovens, que têm sido continuamente exterminados e que, na faixa etária preeminente (19 a 25 anos), já são pais. A experiência nas escolas municipais em territórios de maior vulnerabilidade nos mostra que um número considerável de famílias possui um ou mais membros detidos no sistema penitenciário, levando à assunção das mulheres como chefes de família. São elas que acumulam as tarefas de provedoras financeiras, administradoras da casa, cuidadoras dos filhos e lidam com as demandas financeiras e sociais decorrentes da prisão ou morte de seus companheiros ou filhos. Dessa forma, nos

perguntamos o que pode ser cobrado pela escola em relação ao papel da família na aprendizagem dos estudantes e se, nesse caso, estamos lidando com uma concepção engessada de família burguesa ou com uma pluralidade de configurações que precisa ser compreendida em sua complexidade.

Ainda pensando nas repercussões das violências abordadas na escolarização das classes populares, voltamos a atenção para as ocorrências do Polo II, mais especificamente nos bairros Sapinhatuba e Morro da Glória, onde observamos um aumento considerável dos números em 2014. A partir de observação (visceral), afirmamos que em 2014 e 2015 ocorreram tiroteios à luz do dia e intervenções policiais nesses territórios, inclusive com a presença do Batalhão de Operações Especiais (BOPE). Isso ocasionou a suspensão das aulas diversas vezes e a migração de estudantes que recorrem à transferência para outras escolas consideradas mais seguras.

Esse contexto, que obviamente é conhecido pelo poder público e especificamente pela SECT afeta o cotidiano das escolas e atravessa os trabalhos desenvolvidos pelas professoras alfabetizadoras. Porém, identificamos uma omissão por parte das propostas oficiais que, nos últimos anos (governos e coligações partidárias anteriores) e atualmente (governo atual e suas coligações), não consideram na alfabetização das classes populares os seus contextos como um opção prioritária de conteúdo/currículo para leitura-escrita de mundo. Em relação a esse aspecto, não há mudança com a substituição de um governo de direita por um de esquerda já que os estudantes reais, não aqueles dos discursos demagógicos da Prova Brasil que afirmam que os sujeitos aprendem as mesmas coisas e ao mesmo tempo, mas aqueles estudantes de fato, que estão todos os dias forjando-se no cotidiano das escolas públicas populares. Estes estudantes continuam não sendo o ponto de partida, tampouco a referência, nos projetos oficiais propostos, em especial naqueles incluídos quando nos referindo ao Pacto pela Alfabetização, programa do Governo Federal.

Diante do que tem sido cotidianamente apresentado pelas mídias e também do que se tem vivenciado nos bairros populares e em muitas das escolas locais, não podemos negar que há uma evidente relação entre as instalações de UPPs em algumas

favelas do Rio de Janeiro e os “novos” indicativos dos tipos de violência em Angra dos Reis, como pudemos constatar. Pelo que foi possível captar, há uma factível possibilidade de transferência de poder do tráfico carioca, seja ele bélico ou até mesmo de estrutura organizativa, para as adjacências da grande metrópole. Isso supõe que o advento das UPPs no Rio de Janeiro é, certamente, de conhecimento da SECT/Angra, pois as pistas são notórias. Admitimos que tais mudanças recrudesceram o seu impacto, coincidentemente, com o início do novo governo, a partir de 2013. No entanto, a questão central que emerge, ainda que em caráter de expectativas, quando se tem uma mudança significativa de ideologias de governo-governabilidade é: “O que é possível de acontecer com a substituição de um governo de “direita” por um de “esquerda”, mesmo considerando a conjuntura complexa exposta?”

Pelo que pudemos constatar em pesquisa já publicada, o governo anterior assumiu claramente o direcionamento autoritário do aspecto técnico da alfabetização, ignorando os demais aspectos apontados acima, oriundos, por exemplo, da diversidade cultural das classes populares angrense e mesmo da riqueza epistemológica que há anos vem sendo produzida no cotidiano das escolas públicas do município, pelas professoras-pesquisadoras da própria Rede. A opção da gestão anterior foi a de fazer uma intervenção fiscalizadora bem dirigida às práticas alfabetizadoras gestadas no cotidiano escolar.

Já o atual governo não faz opções de intervenção direta no cotidiano escolar, pelo menos de forma explícita. Ou seja, no discurso não assumem de forma direta as intervenções que de fato fazem. Não é preciso aprofundar a leitura dos documentos para perceber logo que há uma intervenção “indireta”, mas que impacta diretamente nas ações das professoras, que é a adesão da atual gestão ao Pacto pela Alfabetização do Governo Federal. Vide o que diz o documento **Dialogando sobre Alfabetização**⁵⁹, produzido pelos coordenadores de Anos Iniciais da SECT, cujo conteúdo trata do estudo e avaliação de um ano de trabalho e da concepção de alfabetização adotada pela atual gestão, tendo sido apresentado e difundido entre os pedagogos:

59 O referido documento não foi publicado, mas foi socializado e discutido internamente na SECT e, posteriormente, divulgado entre os pedagogos da rede.

Nosso governo aderiu ao Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) do governo federal que traz uma proposta buscando assegurar que as crianças estejam alfabetizadas até o final do 3º ano de escolaridade. O eixo principal dessa proposta é a formação continuada do professor alfabetizador, com contínua reflexão e troca de experiências.

O PNAIC institui o compromisso das esferas de governo participantes em alfabetizar as crianças durante a duração do ciclo de alfabetização, ou seja, até os oito anos de idade. Para tal, são desenvolvidas ações com foco na formação das professoras alfabetizadoras, subsidiadas pelos materiais e referenciais curriculares adotados pelo Ministério da Educação (MEC). Aqui abrimos uma questão importante, por sua natureza nacional: as diretrizes e subsídios do PNAIC são as mesmas para todo o território brasileiro. O fato em si não constitui nenhuma novidade, conhecedores que já somos da Prova Brasil aplicadas para o 5º e 9º de escolaridade, da Provinha Brasil aplicada para o 2º ano e da mais nova integrante da família de instrumentos de avaliação em larga escala, a ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização), com foco nos estudantes do 3º ano de escolarização. Todos esses instrumentos constituem um programa extremamente prescritivo, que ignora a diversidade em todos os seus sentidos e penaliza as classes populares com a estigmatização e o ranqueamento inevitável entre as escolas e entre os sistemas de ensino. Além disso, cria demandas para as escolas impondo os descritores desses instrumentos de avaliação como grade curricular e pressionando as professoras alfabetizadoras a adotarem as orientações do programa.

A adesão aos programas do MEC começou no governo anterior, especificamente o PNAIC já havia sido acordado, mas percebemos obviamente, que o governo atual, principalmente por pertencer à mesma legenda que o governo federal, mantém a mesma orientação. Entretanto, anteriormente houve a criação de um programa municipal, o já citado Alfabetiza Angra. O programa foi adotado de forma autoritária como a proposta de alfabetização da rede municipal a ser implementado nas escolas por meio da intervenção no cotidiano das escolas pela equipe de coordenadores da Secretaria. Essa política foi adotada de forma clara com grande ênfase na dimensão técnica.

A equipe atual não prossegue com o programa Alfabetiza Angra nem se propõe a refletir com a rede sobre os impactos do mesmo, postura adotada de forma geral pelos governos que se sucedem, sempre promovendo um eterno recomeço. Ao fazermos essa observação, não defendemos o programa, mas criticamos a ação de ignorar as trajetórias percorridas instaurando a tradição de, a cada quatro anos, “inventar a roda”, quando sabemos que é preciso tempo e investimento para o amadurecimento de políticas públicas sérias. Além disso, a política de alfabetização da rede municipal de Angra dos Reis é direcionada pelo PNAIC, embora esse fato não seja assumido claramente, sendo mesmo negado em certos fóruns. Entendemos que ao não assumir o PNAIC oficialmente como a política norteadora da alfabetização na rede, a SECT evita embates com os setores mais críticos da comunidade escolar e com as universidades e não expõe a contradição de parte de seus coordenadores que defendiam, em um passado recente, princípios opostos aos adotados. Ou seja, não assumindo diretamente e não expondo as implicações dessa escolha, como ação norteadora da proposta de intervenção da gestão, cria-se uma “aura” de libertarismo, pois sabemos que muitos são os impactos e as implicações dessa assunção no cotidiano escolar e nas práticas alfabetizadoras.

O primeiro impacto, e de extrema relevância, está já na escolha das professoras que foram convidadas-convocadas pela SME a participar do Pacto em 2012, mediante a abertura de edital de seleção onde destacamos a remuneração como um dos principais atrativos. Foi oferecido um aumento de ganhos na renda das professoras de até R\$765,00, o que não é relativamente pouco, visto que possibilita uma mudança de projeto pessoal e de hábitos. Para se ter uma ideia, a divisão de ganhos foi assim estipulada, de acordo com a Portaria nº 90, de 06/02/2013 que estabelece o valor máximo das bolsas na época:

Professor Alfabetizador – R\$ 200,00

Orientador de Estudo – R\$ 765,00

Coordenador das Ações - R\$ 765,00

Formador da Instituição de Ensino Superior – R\$ 1.100,00

Supervisor da Instituição de Ensino Superior – R\$ 1.200,00

Coordenador-adjunto da Instituição de Ensino Superior – R\$ 1.400,00

Coordenador geral da Instituição de Ensino Superior – R\$ 2.000,00

Percebemos claramente a hierarquia dos ganhos reforçando a subalternidade das professoras alfabetizadoras e sua dependência dos especialistas, além da falsa dicotomia entre prática e teoria. Isso gera uma forte hierarquia dentro da rede, quicá da própria escola, reforçando a concepção histórica de que quem deve ganhar menos é a professora alfabetizadora, o que está diretamente ligada ao “sucesso” da alfabetização, pois é ela quem lida diretamente com os estudantes.

Ao mesmo tempo, estamos sempre considerando que os cotidianos das escolas são complexos e dialogam de formas diferenciadas com as propostas oficiais, pois os coletivos ressignificam o tempo todo as políticas que os atingem. É claro que a oferta de um material com maior ênfase nos aspectos técnicos (presente no Alfabetiza Angra e PNAIC) também encontra alguma repercussão entre o corpo docente, pois alivia momentaneamente a angústia vivida nas salas de aula e orienta o fazer, alimentando nossa preferência pelas respostas imediatas, em detrimento do constante e inquietante processo de estudo e reflexão.

Além disso, o documento aponta claramente o outro pilar de sustentação da opção de intervenção feita pela atual gestão, ao criticar os tipos de intervenções “inadequadas” nos quais

O que prevalecia era uma concepção de alfabetização traduzida como **codificação e decodificação**, com características próprias: **exigência da prontidão**, desenvolvida na Educação Infantil ou nos primeiros meses da primeira série do Ensino Fundamental de oito anos, compreendendo-se as habilidades perceptivas e motoras como pressuposto para o início do trabalho com a linguagem escrita; partia-se **do mais fácil para o mais difícil**, sendo a memorização de letras, fonemas e sílabas um pré-requisito para uma posterior aprendizagem de palavras, frases e textos, enfatizando-se o trabalho com **textos artificiais**, acartilhados, não tendo lugar textos com os quais as crianças conviviam fora da escola; o trabalho era direcionado para “**turmas homogêneas**”, com uma forte crença de que todos aprendiam do mesmo jeito, o que justificava, por exemplo, o estabelecimento linear revelado pelos textos e atividades das

cartilhas (Idem).

Ou seja, o documento aponta para um segundo pilar de sustentação da sua proposta. Considera a eficaz formação continuada das professoras uma opção de pouquíssimo investimento, isto é, uma opção por um barateamento dos gastos-custos com a sua formação, estabelecendo uma parceria com o FALE (Fórum de Alfabetização, Leitura e Escrita), no qual especialistas “convidam” as professoras a falarem sobre suas práticas.

Parece-nos que tal “uso” do FALE estabelece uma contradição com o que o próprio FALE propõe. Precisamos considerar que originariamente o referido Fórum é um espaço político importante de discussão sobre a questão da alfabetização. No entanto, em Angra dos Reis, ele foi ressignificado e com isso perde esse caráter de movimento, sendo tomado como um projeto metodológico/institucional de formação da SECT/Angra, apropriando-se esta do prestígio construído em sua trajetória. Inclusive porque da forma como vem sendo organizado, mesmo com as apresentações de trabalho feitas pelas professoras, é o especialista que o sistematiza, dando a palavra final, embora sempre com a referência ao diálogo, nesse sentido, como um clichê pedagógico. Ressaltamos que o FALE, como um dispositivo, pode ser uma experiência positiva para a rede. O que questionamos é que o mesmo seja utilizado como “A política” de alfabetização da rede. Sublinhamos que nossa intenção não é questionar o FALE em suas origens e seus encontros na UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), uma vez que nem teríamos elementos para tal. Nossa intenção é problematizar a apropriação política nas edições que foram realizadas no município de Angra dos Reis.

O terceiro pilar sobre o qual se edifica a atual política de alfabetização da rede municipal é o acompanhamento nas escolas realizado pelos coordenadores. Consideramos os espaços/tempos das escolas como essencialmente formadores, pois são nas unidades escolares que os coletivos mobilizam suas redes para o enfrentamento das situações cotidianas. As políticas oficiais constituem essas redes, mas elas também estão imbricadas por outros espaços de formação e vivências. Por isso acreditamos no investimento nas escolas, mais que nos grandes momentos

reservados para formação, que se caracterizam mais como eventos pontuais que como “combustível” para as práticas. São nesses espaços/tempos que os coordenadores se veem questionados, por exemplo, sobre a relação entre o PNAIC e o FALE, sobre a contradição entre o discurso que afirma apoiar a diversidade em relação aos procedimentos de avaliação e as ações que se recusam a dialogar com essa diversidade. Além disso, esses agentes precisam responder constantemente, nas unidades escolares, pela precarização da estrutura física das escolas, abandonadas na última década, e pela implementação da carga horária de 1/3 de coordenação pedagógica para os docentes.

PARA NÃO CONCLUIR...

Assim, não em caráter de conclusão ou de definitividade do debate, mas fazendo uma pausa para que, no interregno que seguirá, possamos aprofundar ainda mais a pesquisa, é possível afirmar que os Princípios Basilares da LDB, de Justiça Social e Educação/Alfabetização de Qualidade para Todos, em Angra dos Reis, ainda estão longe de se concretizar. O que abordamos até o momento pode evidenciar aspectos importantes que dizem respeito ao processo histórico de segregação e criminalização das classes populares. Constatamos também que não só estamos de fato longe de alcançar os Princípios Fundamentais da LDB, mas, numa sociedade na qual o sentido da cidadania baseia-se no apelo constante ao consumo desenfreado, as poucas alternativas disponíveis para uma inclusão desses grupos historicamente subalternizados no jogo do “*ter para se sentir incluído*” podem responder ao ingresso de muitos na alternativa da criminalidade.

Seria ingênuo supor que em um território tão segregado, com ilhas e condomínios particulares para que os milionários pousem com seus helicópteros ou passem em suas lanchas, ostentando de forma provocativa as suas posses, enquanto a maioria da população padece sem poder contar com serviços públicos básicos, não acendesse nestes últimos a gana por outras alternativas de status, poder e ganhos.

Ainda assim, precisamos ressaltar, é claro, que a maioria da população empobrecida continua trabalhando, estudando e vivendo de forma honesta seu cotidiano, até porque, se não fosse assim, a turbulência seria em tal grau que os helicópteros não voariam tranquilos pelo “céu de brigadeiro angrense”.

Mesmo que muitas vezes sejam estigmatizadas como classes perigosas, as classes populares lutam, resistem para manter/manter-se na cidade, fazendo bricolagem das “armas” que sobram, ou escapam (como, por exemplo, a escrita convencional que se transforma em potência de escrita “marginal”), criando outras “armas” novas, criativas e, o mais importante de tudo (talvez por isso muito temido e combatido), desconhecidas da lógica esquadrinhada e mesquinha dos poderosos. Quem sabe não é por isso que, historicamente, os governos propõem para os mais pobres: mais polícia e menos políticas.

REFERÊNCIAS

BURGOS, M. B. (1998). Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: Zaluar, A. e Alvito, M. (org). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV.

LEEDS, A. e LEEDS, E. (1978). **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar.

LEITE, M. P. (2001) **Para além da metáfora da guerra. Percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca**. RJ: PPGSA/IFCS/UFRJ (tese de doutorado em Sociologia).

MACHADO DA SILVA, L. A. (2010). *Afinal, qual é a das UPPs?* In: www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br; Revista online, Março, p.1-7.

MACHADO DA SILVA, L. A. (2004). Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil. In: RIBEIRO, L.C.Q. (Org.). **Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Perseu Abramo; Rio de Janeiro: Fase.

MARTINS, J. S. (2015). **Linchamentos: justiça popular no Brasil**. São Paulo: Contexto.

QUIJANO, A. (2010). Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez.

RIBEIRO, A. C; LOURENÇO, A; CARVALHO, L. M. (2011). **Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método**. (Disponível na página do LASTRO-UFRJ).

SILVA, R. T. (2015 a). Os impactos sociais da lógica criminalizadora na escolarização das classes populares. **Revista de Direito da Cidade** – UERJ -vol.07, nº 03. ISSN 2317-7721/DOI: 10.12957/rdc.2015.18843.

_____ (2015 b). Direito penal e escolarização das classes populares: rebatimentos da lógica criminalizadora. **RevistAleph** – ISSN 1807-6211 Dezembro, Ano XII – Número 24.

VENTURA, Z. (1994). **Cidade partida**. SP: Companhia das Letras.

RECEBIDO EM: AGOSTO/2016
APROVADO EM: NOVEMBRO/2016